

A inserção da mulher no moderno Exército Brasileiro

Suellen Borges de Lannes
Núcleo de Estudos Estratégicos
Universidade Federal Fluminense

Resumo: No ano de 1981, a Marinha Brasileira passa a aceitar mulheres no seu corpo de oficiais. Esse foi o estopim para a inserção da mulher nas forças armadas, ao longo da década seguinte. A pesquisa em questão, visa entender como a entrada oficial das mulheres no Exército Brasileiro, durante a década de 1990, pode ser considerada como um exemplo do caráter moderno dessa instituição. Para tanto, será feita uma análise histórica da participação da mulher brasileira nas guerras e como isso influenciou na luta delas por direitos e refletiu, no final, na sua aceitação oficial, dentro das fileiras do Exército moderno.

Palavra-chave: Exército, mulheres, moderno, gênero

*“Quando tudo é desespero numa causa nacional,
não há razão para mais desespero se restar*

Introdução

A pesquisa em questão tem como intuito relacionar a entrada oficial das mulheres no Exército Brasileiro, durante a década de 1990, como um exemplo do caráter moderno dessa instituição. Para tanto, será feita uma análise histórica da participação da mulher brasileira nas guerras e como isso influenciou na luta delas por direitos e como, por fim, esse eventos repercutiram na aceitação, oficial, delas dentro das fileiras do Exército. A participação da mulher nos campos de batalha já vinha ocorrendo muito antes da Guerra do Paraguai, mas como o trabalho em questão tem como alvo a inserção da mulher como um aspecto da modernização do Exército, tomaremos como ponto de partida a Guerra do Paraguai, até quando finalmente as primeiras mulheres ingressaram no Exército.

O conceito ocidental de civilização representaria um padrão de convivência social criado pela Europa ocidental, baseado na nação e que estaria intrinsecamente ligado a palavra moderno e a noção de um tempo histórico acelerado, cujo fim último seria o “progresso”. Mas aonde começaria essa civilização, que processo teria sido primordial para a separação de um grupo de indivíduos, situados numa determinada localidade, intitulada Estado-nação, de outros indivíduos, situados em outras localidades, mas que não apresentavam tão claramente a idéia de nação? O que fez com que um rei francês se intitulasse civilizado e um Imperador chinês fosse considerado por ele, um bárbaro? A guerra.

O processo civilizatório, de acordo com algumas correntes teóricas¹, derivaria do caos completo, que na história seria representada pela guerra, momento no qual, ocorreria a supressão das normas e regras que regem a sociedade. Ao fim desse processo, a necessidade de não se voltar ao antigo caos levaria as pessoas a repensarem sobre o processo vivido e buscarem soluções que representariam verdadeiros “saltos civilizatórios”. Fatos históricos evidenciam claramente isso. Ao final das duas grandes guerras do século XX, os indivíduos elaboraram organizações, como a Liga das Nações e a Organização das Nações Unidas, que visavam a união dos povos e a manutenção e perpetuação da paz.

Não diferente ocorrerá no Brasil. A igualdade buscada pelas mulheres na sociedade, e em particular no exército, será favorecida pela atuação delas nas guerras em que o país participou, a Guerra do Paraguai e a Segunda Guerra Mundial. Depois desses momentos de caos, a atuação e a importância da mulher na sociedade brasileira nunca mais seriam as mesmas.

¹ Como por exemplo, afirma Arnold Toynbee, em seu livro “Guerra e Civilização”: “...a guerra talvez seja filha da civilização, visto que a possibilidade de empreender uma guerra pressupõe o mínimo de técnica e organização, bem como um excedente de riquezas para além do estritamente necessário à subsistência. Ora, o homem primitivo não pressupõe tal estruturação para a guerra e, por outro lado, não há nenhuma civilização (salvo talvez a dos Maias, de que o nosso conhecimento atual é apenas fragmentário) em que a guerra não tenha constituído uma instituição estabelecida e dominante, mesmo nos estádios mais primitivos a que possamos remontar a sua história.” [TOYNBEE, p. 12, 1963]

A Guerra do Paraguai

Com as reformas feitas pelo General Manoel Felizardo, em 1850, o Exército Brasileiro começava um processo de institucionalização, com a criação da primeira escola de engenharia e a formação de um processo de profissionalização do oficialato, subseqüentemente pautado pela seleção através do mérito e do tempo de serviço. Nesse momento há a construção de um exército autônomo, o qual começa um processo de modernização, o qual será primordial para o trabalho em questão, já que só com as mudanças institucionais e de mentalidade, a inserção da mulher foi possível no Exército Brasileiro.

Paralelo a esse movimento, em 1865, estoura a Guerra do Paraguai. Com uma duração de cinco anos, essa guerra marcaria profundamente a história do Brasil, não tanto pelo evento, mas pelas repercussões que esse fato produziria. A atuação da mulher nesse contexto ocorreu a partir de atuações voluntárias, sem nenhum estímulo de ordem governamental. O principal nome dessa época foi da enfermeira baiana Ana Néri², a qual decidiu acompanhar os filhos e os irmãos na guerra.

Depois do assalto à capital Assunção, Ana Néri monta uma enfermaria modelo, na casa onde morava e ali trabalhou até o fim da guerra. De volta ao Brasil, em 1870, ela foi condecorada com as medalhas de prata humanitária e da campanha e recebeu do imperador uma pensão vitalícia, com a qual educou quatro órfãos que recolheu quando estava no Paraguai. Mas a presença da mulher não se fez por meio de Ana Néri. Mesmo esquecida pelos livros de histórias, um verdadeiro “batalhão” de mulheres acompanhou o Exército Brasileiro e empreenderam verdadeiros atos de valentia e coragem. Mães, esposas, prostitutas, companheiras, vivandeiras ou andarilhas (mulheres que seguiam as tropas vendendo víveres e bebidas), todas elas seguiam o exército, se alimentando dos restos deixados pelas tropas e ajudando onde fosse necessário. Apesar de não precisarem combater, muitas delas pegaram em armas, principalmente depois da morte de seus companheiros. Florisbela, Maria Curupaiti e Jovita Alves Feitosa, foram algumas dessas mulheres, que mesmo sem qualquer tipo de direito ou assistência, lutaram ao lado de outros brasileiros.

A participação dessas mulheres ficou presa naquele tempo. Com o esquecimento da pátria, muitas delas morreram na miséria e o fruto de sua valentia é representado simploriamente pela figura de Ana Néri, que mais tarde se tornaria matriarca da enfermagem, símbolo de uma das principais profissões exercidas por mulheres no século XX. Mas um processo estava a caminho. O fim da Guerra do Paraguai trouxe consigo repercussões sociais que tornaram impossível a perpetuação de prática econômica, pilar da economia brasileira, a escravidão.

Ao terminar a Guerra, o governo estava desgastado economicamente e na esfera político-social, a campanha da Abolição se intensificou. O movimento contava com a participação de setores agrários não vinculados à escravidão, das classes médias urbanas e das organizações feministas.

² Outras mulheres atuaram como enfermeira: Joana Angélica, Rosa da Fonseca, Bárbara Heliadora, Soror Angélica e Felisbina Anunciação Fernandes Silva.

As primeiras organizações femininas surgiram ao final do século XIX³, voltadas para a defesa da liberdade e o fim da abolição. Essas organizações eram formadas por mulheres brancas, das elites locais e conseguiram, nos Estados em que atuavam, a emancipação dos escravos antes da abolição decretada em 1888⁴. Mas o papel de destaque do movimento feminista do início do século foi a atuação em defesa do direito do voto.

As mulheres e o direito de voto

No ato da elaboração da constituinte de 1891, foi organizado um projeto, pelo deputado baiano César Zama, que defendia o sufrágio universal e, como consequência, o direito de voto à mulher. Por pressão de outros constituintes, a proposta foi negada e o Brasil perdeu a sua vanguarda na promoção desses direitos para a Nova Zelândia, primeiro país a conceder direito de voto à mulher, em 1893. Como o próprio Zama profetizou,

“Bastará que qualquer país importante da Europa confira-lhes direitos políticos e nós o imitaremos. Temos o nosso fraco pela imitação.”[RIBEIRO, 2006]

Somadas a essas iniciativas individuais de alguns congressistas, as quais vão se estender pela história, as mulheres começaram um movimento em prol de seus direitos. O ápice dessa atuação foi a criação, em 1910, do *Partido Republicano Feminino*, cujo objetivo era integrar as mulheres em prol das causas que levavam ao progresso do país, visando a ampla cidadania das mulheres. Esse ato foi puramente simbólico, já que as mulheres não podiam votar, nem serem votadas. Somada a esse movimento, são criadas, em 1920, as *Ligas para o Progresso Feminino*, um embrião daquilo que seria a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (1922), entidade extremamente atuante na luta pelos direitos políticos da mulher, e em 1931, Nathércia da Silveira funda a *Aliança Nacional das Mulheres*, responsável por prestar assistência jurídica a mulheres.

Influenciado por esse movimento e pelas tentativas de alguns congressistas, num processo complicado, foi aprovado em 1928, no estado do Rio Grande do Norte, o direito de voto às mulheres. Alzira Teixeira Soriano, foi eleita, pelo Partido Republicano Federal, prefeita do município de Lages. Mas os votos femininos foram anulados e as mulheres perderam o seu direito.

A partir das pressões das organizações femininas e de um comprometimento de Getúlio Vargas, uma comissão de mulheres é formada em outubro de 1932⁵, para a elaboração de um anteprojeto, que concedia o direito de votar e ser votada às mulheres, além de organizar o alistamento eleitoral. Assim, na eleição para a Assembléia Nacional Constituinte, em 3 de maio de 1933, as mulheres conquistaram os seus direitos políticos, representado pela eleição da médica Carlota Pereira de Queiróz para o cargo de deputada. Uma ressalva importante deve ser feita ao nome de Carlota. Essa mulher tinha se notabilizado pela assistência prestada aos feridos durante a Revolução

³ A primeira organização surgiu em 1882, no Ceará, a Sociedade das Senhoras Libertadoras ou Cearenses Libertadoras.

⁴ A Assembléia Legislativa provincial do Ceará decretou em 1884 o fim da escravidão e em Manaus, onde havia a *Associação Amazonenses Libertadoras*, emancipando assim todos os escravos em 30 de março de 1887.

⁵ O decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, instituiu o Código Eleitoral Brasileiro e em seu artigo segundo afirmava que era eleitor todo cidadão maior de 21 anos, **sem distinção de sexo**, apesar que o artigo 121 afirmava que as mulheres poderiam se isentar de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral.

Constitucionalista (1932), demonstrando uma prévia da importância que as enfermeiras febianas teriam na Segunda Guerra Mundial. Carlota seria reeleita em 1934, juntamente com a eleição de várias outras deputadas pelo país.

Em 1937, essa democracia se esfacelaria, com o golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Com esse ato, o Legislativo foi extinto e diversas organizações feministas foram fechadas. Mas nesse momento, mesmo com a falta de representatividade, a mulher se fez presente e ganha uma notoriedade sem precedentes, no momento em que o governo mais precisou.

As enfermeiras febianas

Em 1942, o Brasil declarou guerra à Alemanha e constituiu, por imposição da política internacional, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. O país colaborou no esforço de guerra aliado, enviando a Força Expedicionária Brasileira (FEB), composta por 23.334 pracinhas que foram enviados ao *front* italiano em 1944, sob o comando do General Mascarenhas de Moraes, os quais lutaram durante sete meses e dezenove dias.

Em função desse contexto e da averiguação dos norte-americanos da necessidade de se enviar enfermeiras, já que as suas estavam sobrecarregadas e não falavam o idioma dos futuros pacientes, em 9 de outubro de 1943, no jornal O Globo, foi publicada uma chamada solicitando que mulheres, entre 18 e 36 anos e que possuísem qualquer diploma de enfermagem, se apresentassem para a seleção. Depois de selecionadas, elas começaram o Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva (CEERE), ministrado pela Diretoria de Saúde do Exército. Finalmente, em 15 de dezembro de 1943, com a publicação no Diário Oficial da União do decreto-lei 6097/43, foi instituído o Quadro de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (QEERE).

Diferentemente do que ocorreu na Guerra do Paraguai, a ida de mulheres para um cenário de guerra foi relacionada a uma política governamental de mobilização da população civil. As mulheres foram ao teatro de operações com funções claramente definidas de suporte aos combatentes. Num total foram enviadas 73 enfermeiras, 67 delas enfermeiras hospitalares e 6 especialistas em transporte aéreo. Elas serviram em quatro diferentes hospitais do exército norte-americano, todas se voluntariaram para a missão e foram as primeiras mulheres a ingressar no serviço ativo das forças armadas brasileiras.

Esse cenário de guerra foi crucial para a afirmação da enfermagem moderna como um modelo de profissão a ser seguido pelas mulheres, principalmente por aquelas pertencentes à classe média. A enfermagem definiu ao longo do século XX, um novo lugar de inserção da mulher na cultura e na sociedade. Depois da Primeira Guerra Mundial, com o aumento da estrutura burocrática do Estado, ligada principalmente ao processo de urbanização, principalmente nas décadas de 1930 e 1940, as classes médias urbanas que tinham acesso a escolaridade foram beneficiadas. A enfermagem era, juntamente com a profissão de professora primária, as profissões exercidas pela maioria das

mulheres, desde o final do século XIX. Essa profissão constituía uma forma de afirmação social e profissional e era uma das possibilidades de ascensão social para as mulheres de classe média.

Com a guerra, essa profissão ganha um “*status*” e cursos nessa área se intensificam nos anos de 1940. Como um importante fator de mobilização das mulheres, a enfermagem permitiu ao Estado mistificar a imagem da mulher como o da personificação da pátria-mãe, que estendia seus cuidados ao campo de batalha, formando, assim, uma áurea de união de todos os brasileiros, homens e mulheres, ricos e pobres. Com marchinhas como “Salve a mulher brasileira” e “A pátria está chamando”, o papel da mulher se consolida como personificação da pátria e a responsável por garantir a transformação do seu amor em patriotismo.

Somado a esse ideal de comunhão, é válido ressaltar o papel das mulheres pertencente às elites, as quais formaram associações voltadas para a organização de campanhas e jantares beneficentes para a arrecadação de fundos a serem enviados para os soldados no *front* italiano. A partir dessa iniciativa, em 1944, foi criada a *Legião Brasileira de Assistência*, pelo governo federal, a qual era voltada para a promoção de assistência às famílias dos soldados convocados para a guerra, posteriormente, essa legião dá origem ao *Serviço de Assistência à Família do Convocado*.

O pós-guerra

Após a Guerra, assim como o restante da FEB, as enfermeiras, em sua maioria foram condecoradas, ganharam a patente de oficial e licenciadas do serviço ativo militar. Procedimento esse recorrente no exército norte-americano e que demonstrava a influência de essa instituição teria posteriormente no Exército Brasileiro.

Em síntese, a participação das mulheres na Segunda Guerra Mundial, assim como aconteceu com as mulheres européias e norte-americanas depois da Primeira Grande Guerra, consolida o seu papel na sociedade e influencia nas transformações futuras nas relações de gênero. No Brasil, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, onde as mulheres de classe média apresentavam, ainda, uma posição limitada de ascensão social e profissional, a guerra representará um momento de afirmação dos direitos conquistados na década de 1930. Em outras palavras, ao demonstrar a sua importância no esforço de guerra, a mulher desmorona qualquer argumento contrário a sua participação na vida política. As mudanças ocorridas depois de 1940, terão um reflexo mais contínuo, já que envolvia uma fração da sociedade, as classes médias, que se beneficiavam também do processo de profunda urbanização e industrialização que serão presenciados no Brasil, nas décadas seguintes. A partir desse momento, ocorre uma ruptura do discurso tradicionalista, voltado para o paternalismo e afirmação do papel da mulher somente como procriadora e responsável pelo lar.

A guerra teve conseqüências na política interna brasileira. A luta travada pelos brasileiros em território italiano significou a luta contra um sistema totalitário simbolizado pelo fascismo, em favor de ideais democráticos. As aproximações políticas desse tipo de governo com a ditadura

instituída, em 1937, por Getúlio Vargas, fizeram com que o choque fosse inevitável e o governo não se mantivesse no poder. Assim, em 1946 é convocada uma Assembléia Constituinte, responsável por elaborar a Constituição Democrática, cuja proposta era um retorno ao estado de direito anterior a Vargas.

A guerra influenciou também o Exército. O término do conflito fez com que a imagem do militar ganhasse respeito, apesar do processo deturpado de desmobilização da tropa e a ausência, *à priori*, de garantias sociais aos ex-combatentes e que o Exército se voltasse à adoção de uma doutrina militar próxima à norte-americana, em detrimento da influência da doutrina francesa, absorvida a partir da missão do General Gamelin. O aumento demográfico da população brasileira, somado a compreensão da necessidade da segurança e modernização das forças armadas levaram à ampliação dos contingentes e quadros das forças.

O cientista político Morris Janowitz⁶, afirmava que, no mundo moderno, as organizações burocráticas foram, primeiramente, influenciadas pela instituição militar do Estado-nação, mas tais organizações passaram a influenciar a instituição militar, depois da Segunda Guerra. A partir desse momento, ocorre um processo de formação de funções internas e tarefas próximas às existentes nas profissões civis. Assim, nos anos posteriores à guerra, foram feitas reformas estruturais e criaram-se zonas militares voltadas para a coordenação dos aparatos militares. Em 1952, uma nova reforma é feita na organização do Ministério da Guerra, cujo nome foi mudado em 1967 para Ministério do Exército. O Exército, nesse momento, passa por uma estruturação interna, adquirindo modernos armamentos. Com a influência norte-americana, adotou-se uma padronização dos programas de instrução (PPs) e de métodos de ensino voltados para o nivelamento e a sistematização do conhecimento. Tal fato levou a criação das Escolas de Instrução Especializadas (ESIE), cujo objetivo era aperfeiçoar os quadros (oficiais e sargentos) para o Exército, e outros estabelecimentos de ensino especializado.

Com a guerra, fica claro a necessidade de se formar melhores soldados. Não se podia mais levar advogados, engenheiros, seria necessário formar soldados capazes de lidar com as inovações tecnológicas e com as novas formas de combate. Essa necessidade fez com que o exército desse preferência a soldados com melhor nível educacional e que desenvolvesse melhor as suas aptidões. O valor do mérito tornava-se primordial.

É dentro dessa dinâmica, que as mulheres vão conseguir um espaço para atuar internamente no Exército. Só a modernização permitiu a formação de funções, onde a fraqueza física da mulher frente ao homem não seria contestada. Em outras palavras, antes da modernização do exército, a presença da mulher fazia-se presente, mas só quando foi reconhecida a formação (1988), por exemplo, de uma escola voltada para a área administrativa/burocrática do Exército (EsAEX), a qual, não tinha vínculo direto com a área de combate e não visava o aspecto físico em seus processos de seleção, a entrada da mulher tornou-se possível.

⁶ Autor de “Soldado Profissional” (1960), extraído de: SILVEIRA, Cláudio de Carvalho. “As mulheres na Marinha do Brasil”. Introdução

Mas o que levou ao ingresso das mulheres, o que fez com que o Almirante Maximiano da Fonseca criasse, em 1981, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), garantindo o pioneirismo dessa armada na entrada das mulheres nas instituições militares? O trabalho em questão levanta três hipóteses que influenciaram nesse movimento: a atuação dos movimentos feministas; a influência do exército norte-americano e o baixo número do efetivo militar.

No decorrer da década de 1970, o movimento feminista surge como um movimento organizado voltado à luta contra a discriminação sexual⁷, postulando uma revisão nas relações entre homem e mulher, contra a ditadura militar, ampliando o foco das suas reivindicações, as quais passam a lutar por mudanças nas diferenças sócio-econômicas existentes no Brasil. O foco do problema passa a ser não só um aspecto de gênero, mas também um aspecto de classe social. É nesse ponto que o trabalho em questão deseja focar, o movimento feminista, nesse momento, passa a postular a inserção da mulher nos diferentes ambientes de trabalho existentes. A emancipação feminina não ocorreria através das questões específicas da mulher, como a sexualidade e a maternidade, mas sim através de sua inserção na dinâmica sócio-econômica. A figura do homem como o trabalhador deveria ser compartilhada pela mulher e isso se estendeu também para a esfera militar. Esse movimento começou autônomo e adquiriu, por isso, uma importância relevante nas discussões sobre os problemas gerais vivenciados pela sociedade brasileira⁸.

Paralelo a esse movimento, nos Estados Unidos, no ano de 1969, o presidente norte-americano Richard Nixon, elabora uma

“comissão para fazer um plano progressivo que abolisse a conscrição obrigatória ao mesmo tempo em que fosse criado um exército de voluntários composto exclusivamente destes”. [CAIRE, 2002, 212]

Em resposta a esse pedido, em 1972, o secretário de defesa (Melvin R. Laird) apresentou como solução a utilização intensa de mulheres no meio militar. E assim, nesse mesmo ano, em resposta às reivindicações dos movimentos feministas, o governo norte-americano edita uma emenda à Constituição, a “Emenda da Igualdade de Direitos”, a qual afirma que

“a igualdade de direitos perante a lei não poderá ser recusada ou diminuída pelos Estados Unidos ou por qualquer dos estados membros em razão do sexo”. [CAIRE, 2002, 217]

Antes mesmo desse processo, em 1970, a Marinha norte-americana começou um processo de integração completa do seu pessoal feminino.

Esse pedido do governo norte-americano está muito vinculado a necessidade de obtenção de maior efetivo para as forças armadas. E essa necessidade também pode ser identificada no Brasil,

⁷ Esse movimento passa a questionar as funções dos papéis sexuais existentes e dos valores atribuídos ao alto índice de características masculinas no homem e características femininas na mulher. Esse movimento fez com que a palavra “sexo” fosse substituída pela palavra “gênero”.

⁸ Na década de 1970 e 1980 alguns fatos foram notórios para a história do movimento feminista, como a aprovação da Lei do Divórcio, em 1977. Em 1983, no estado de São Paulo é criado o Conselho Estadual da Condição Feminina e dos Direitos da Mulher e em 1985 é formado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão subordinado ao Ministério da Justiça, voltado para a elaboração de políticas para a eliminação da discriminação.

quando em 1981 o então ministro Maximiano da Fonseca criou, como foi dito, o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM) e posteriormente, os Quadros Complementares (QC) e o Quadro Auxiliar de Oficiais (QAFO), o fez com o intuito de suprir as demandas existentes na área da saúde, especialmente no Hospital Naval Marcílio Dias, localizado no Rio de Janeiro.

Atualidade

Essa foi a porta de entrada das mulheres nas forças armadas. Depois desses atos, a Aeronáutica e o Exército passaram a aceitar mulheres, oficialmente, nas suas linhas.

Em 1987, o governo edita a Portaria Ministerial 810, a qual determinava a melhoria do ensino preparatório e assistencial do Exército. Em termos gerais, ela determinava a adoção de um regime de ensino fundamental e médio, semelhante ao desenvolvido nos estabelecimentos de ensino civis, acrescido da educação militar, próprio da instituição. Na prática, essa medida determinava a transformação do corpo docente em misto, com a destinação de 30% das vagas existentes nos Colégios Militares para o sexo feminino, sem a redução do número de alunos existentes. Assim, em 1989, as primeiras meninas ingressaram no Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA).

Em 02 de outubro de 1989, a Lei 7831 cria o Quadro Complementar de Oficiais, o que possibilitou definitivamente a entrada de mulheres no Exército, as quais puderam ingressar, em 1992, na Escola de Administração do Exército, mediante concurso público. Ao final desse mesmo ano, foram formadas 49 mulheres com a patente de 1º Tenente. Essa atitude serviu para suprir as demandas exigidas nas áreas técnicas e administrativas. Por meio dessa escola, as mulheres podem alcançar a patente de Tenente-Coronel.

No ano de 1996, foi instituído o Serviço Militar Feminino Voluntário para médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior. Com isso, foram incorporadas 290 mulheres, das doze regiões militares do país. Nesse mesmo ano, por meio de um decreto presidencial, Maria Quitéria de Jesus⁹ foi escolhida Patrona do Quadro Complementar.

Em 1997, o Instituto Militar de Engenharia (IME) matriculou a primeira turma, com dez alunas, as quais poderiam ser incluídas no Quadro de Engenheiros Militares. Nesse mesmo ano, a Escola de Saúde do Exército (EsSEX) matriculou a primeira turma de oficiais nas áreas médicas e formou, no mesmo ano, as primeiras oficiais no Quadro de Saúde do Exército. Nessas escolas, as mulheres podem ascender na hierarquia até o posto de General de Divisão, não podendo atingir o posto máximo de General-do-Exército e nem participar ativamente de atividades militares.

No ano seguinte, o Exército instituiu o Estágio de Serviço Técnico, para profissionais formados em nível superior que não sejam da área de saúde. Com essa medida, 519 mulheres foram incorporadas nas áreas de direito, contabilidade, magistério, administração, engenharia, análise de sistemas, arquitetura, jornalismo e em outras áreas voltadas para as ciências humanas e exatas, de acordo com a necessidade da instituição. Começou-se, também, o Serviço Militar Feminino Voluntário para

⁹Mulher que se vestiu de homem para lutar na Guerra de Independência brasileira. Mesmo depois de descoberta, ela foi mantida nas tropas, por causa da sua importância no campo de batalha.

auxiliares e técnicas em enfermagem, o que foi oficializado em 2001, com a adoção da Portaria 124, do Estado-Maior do Exército, que criou o curso de Formação de Sargentos de Saúde para auxiliares de enfermagem.

Finalmente, no ano de 1998, foi implementado, em caráter experimental, um projeto-piloto de formação de um Serviço Militar Voluntário, voltado para a função das mulheres como “Atiradoras”, nos tiros-de-guerra, na Amazônia. Foram matriculadas 80 mulheres, mas por diversos motivos, esse projeto foi desativado.

Assim, as mulheres, mesmo isentas do serviço militar, puderam ingressar nas fileiras do Exército como voluntárias, de acordo com a disponibilidade da instituição. Elas podem servir como militar de carreira, o que pode ser conquistado por meio do ingresso no IME, na EsSEX e na EsSAEX ou como militar temporária, desde que tenham uma formação universitária e ingressem no Sistema de Serviço Militar, cuja permanência é de oito anos no serviço ativo. Todas as mulheres recebem a mesma instrução básica ministrada aos homens, com atividades voltadas para marchas, acampamentos, jogos de guerra em simuladores, exercício de tiro e manobras logísticas, claro que, de acordo com a especialidade profissional de cada profissão.

Atualmente, as mulheres estão inseridas em organizações militares em todas as regiões do país, principalmente nos Quartéis-Generais, nas Organizações Militares voltadas para a área de Saúde, nos estabelecimentos de ensino (como o Colégio Militar) e nos órgãos de assessoramento do Exército. Essa instituição não dispõe de batalhões femininos. Por elas não participarem ativamente, não se envolveram ainda, em operações militares, nem em missões de paz.

Conclusão

Vários aspectos podem ser apresentados quando se pergunta o que caracteriza um Exército moderno. Normalmente, a questão da ciência e da tecnologia. Esse trabalho buscou demonstrar que a modernização está além disso. O Exército norte-americano pode ser considerado um dos mais modernos do mundo, também, por causa de suas especializações e o envolvimento que essa instituição tem com a sociedade. Os norte-americanos apresentam em suas fileiras mulheres combatentes, as Women Marines, e mostram na prática as possibilidades da adoção da mulher no meio militar. Só com uma concepção de Exército especializado, voltado para a meritocracia e composto pela sociedade é que isso é possível.

No Brasil, a mulher só pode ingressar ativamente nas forças armadas quando surgiram funções onde a atuação da mulher não fosse polemizada, como na área de saúde. As especializações promovidas pelo Exército Brasileiro no decorrer do século XX, as mudanças nas suas instituições de ensino, juntamente com as mudanças na mentalidade da sociedade brasileira, fizeram com que as funções do Exército fossem além do campo de batalha e a inserção da mulher fosse incentivada. Além disso, essa abertura fez com que o Exército repensasse a sua estrutura, o seu ensino e no papel do soldado na sociedade. Pensar num Exército voltado exclusivamente para o campo de batalha torna a

inserção da mulher difícil, mas ao pensar nessa instituição como um pilar da sociedade brasileira, voltada para a produção de conhecimento e inteligência, essa inserção torna-se possível.

Concluindo, a inserção da mulher age como uma via de mão dupla. Ela só foi possível com a modernização sofrida pelo Exército no decorrer de sua história. E ela é, também, um dos aspectos impulsionadores dessa modernização. Muito ainda precisa ser pensado sobre a inserção da mulher, a questão da presença dela no combate é uma polêmica, que talvez, só a experiência possa demonstrar a sua efetividade. Mas o importante é que, enquanto civis e militares refletem sobre as questões femininas, refletem também sobre a instituição Exército Brasileiro.

Bibliografia:

- BERNARDES, M.M.R., LOPES, G.T. & SANTOS, T.C.F. “O cotidiano das enfermeiras do Exército na Força Expedicionária Brasileira (FEB) no teatro de operações da Segunda Guerra Mundial na Itália (1942-1945)”. In. Rev. Latino-americana de Enfermagem, 13(3): 314-321, 2005
- _____ . “A visibilidade da atuação de uma enfermeira do Exército Brasileiro a um ferido na Segunda Guerra Mundial”. Rev. Esc. Enferm. USP, 39(1), 62-67, 2005.
- BRAGA, Rubem. “Crônicas da guerra na Itália”. Rio de Janeiro: Record, 1985.
- CAIRE, Raymond. “A mulher militar: da origem aos nossos dias”. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. “Cidadania no Brasil: o longo caminho”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CYTRYNOWICZ, Roney. “A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.”. Hist. Ciênc. Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v.7, n.1, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-597000000200004&Ing=pt&hmr=iso. Acesso em 23 Jul 2007. Pré-publicação
- FAUSTO, Bória. “História do Brasil”. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004.
- FAZIO, Ednéia. “A presença feminina no Exército e na Aeronáutica no Brasil.” In: VI Research and Education in Defense and Security Studies Seminar (REDES). Chile, 2003
- LOHMANN, Liliana & VOLTRE, Sebastião Josué. “A inserção acadêmica e esportiva da primeira turma feminina no Colégio Militar no Rio de Janeiro”. In: Revista Estudos Feministas, v.14, n.3, pp. 655-680. Florianópolis, 2006. Extraído de: www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a05v14n3.pdf
- PASCAL, Maria Aparecida Macedo. “As mulheres e a Guerra do Paraguai”, 2006. Extraído de:

www.mackenzie.br/universidade/tecnologia/site_est_junho2006/site_est/revistaelet_arquivos/artigos/pascal.pdf

- RIBEIRO, Antônio Sérgio. “A mulher e o voto”. Extraído de: www.al.sp.gov.br/web/eleição/mulher_voto.htm
- SILVEIRA, Cláudio de Carvalho. “As mulheres na Marinha do Brasil”. In: Research and Education in Defense and Security Studies. Chile, 2006. Extraído de: www.ndu.edu/chds/redes2003/Academic-Papers/6.Military-Sociology/2.Women-Armed-ForcesII/2.%20Silveira-final.doc
- TOYNBEE, Arnold. “Guerra e Civilização (seleção de textos de Albet Fowler). Lisboa: Editorial Presença, 1963.

Sítios visitados:

- http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_SP/Barra_Escolha/B_AnaNery.htm
- Exército Brasileiro: www.exercito.gov.br
- Marinha do Brasil: www.mar.mil.gov.br
- Ministério da Defesa: www.defesa.gov.br
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): www.ibge.gov.br
- FEB (não-oficial): www.anvfeb.com.br
- Franklin Martins (letras das marchinhas): www.franklinmartins.com.br
- Jornal Defesa e Relações Internacionais: www.jornaldefesa.br
- Instituto Militar de Engenharia (IME): www.ime.eb.br
- Escola de Administração do Exército (EsSAEX): www.essaex.ensino.eb.br
- Escola de Saúde do Exército (EsSEX): www.essex.ensino.eb.br
- Escola Superior de Guerra (ESG): www.esg.br
- Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME): www.eceme.eb.br